

# POVO LIVRE

0E2024

## NÃO É O MILAGRE DA GOVERNAÇÃO ROSA

Esta semana decorreu o  
“Sentir Portugal em Vila Real”

### 7 PARLAMENTO

#### PRIMEIRO-MINISTRO DÁ UM POUCOCHINHO COM UMA MÃO E TIRA MUITO MAIS COM A OUTRA

No regresso dos debates quinzenais ao Parlamento, dia 18 de outubro, Joaquim Miranda Sarmento argumentou que o Orçamento para 2024 “dá um pouquinho com uma mão e tira muito mais com a outra”

### 8 LOCAIS

#### DISTRITAL DO PSD DO PORTO EXIGE DECISÕES NO TRATAMENTO DO LIXO URBANO

O PSD vai questionar o ministro do Ambiente sobre a razão que impediu o Governo de colocar no PRR as verbas necessárias para resolver deste pesadelo ambiental

### 16 REGIONAIS

#### GOVERNO DOS AÇORES AUMENTOU INVESTIMENTOS NA EDUCAÇÃO

A secretária regional da Educação nos Açores disse que o atual executivo de coligação aumentou o investimento no setor em comparação com 2019 e que um total de 419 funcionários “viram a sua situação laboral estabilizada”

# CONDENADOS À POBREZA?

**O único país da União Europeia em que se registou a descida do rendimento mediano de 2021 para 2022 foi, precisamente, Portugal**



**EMÍLIA SANTOS**  
Diretora do Povo Livre

“Neste dia de outubro, uma mensagem persiste e repete-se todos os anos: a de que quase dois milhões de portugueses são pobres, sendo essa uma realidade com a qual não nos podemos conformar”. Assim começa a nota que o Presidente da República fez publicar, no sítio da Presidência, a propósito do Dia Internacional para Erradicação da Pobreza.

Nesse mesmo dia, a Pordata divulgou os dados mais recentes relativos a esta matéria, ficando-se a saber que, em 2021, 1,7 milhões de pessoas encontrava-se em risco de pobreza em Portugal, ou seja, viviam com rendimentos inferiores a 551 euros mensais. Números em linha com o que o presidente da Confederação das Instituições de Solidariedade (CNIS), o padre Lino Maia, avançara dias antes: cerca de 20% da população portuguesa vive em situação de pobreza, valor que poderá chegar perto dos 40% sem os apoios do Estado.

Numa realidade paralela, o Primeiro-ministro mostrou-se satisfeito com a redução do risco de pobreza em Portugal e, embalado por esse entusiasmo, referiu a aprovação Plano de Ação da Estratégia Nacional de Combate à Pobreza 2022-2025 e o “impulso relevante” que será dado através do Orçamento de Estado para 2024.

Vale a pena esmiuçar esta posição de António Costa para, assim, podermos ver o que a propaganda do governo tenta esconder.

Debrucemo-nos sobre a suposta queda do risco de pobreza em Portugal: tal afirmação baseia-se na fórmula de cálculo que está a ser usada e que se baseia na percentagem de pessoas que vivem abaixo dos 60% do valor da mediana do rendimento. Contas bem feitas permitirão concluir que, se os rendimentos das populações aumentarem, esta mediana também aumenta; em contraponto, se os rendimentos baixarem o valor de referência seguirá a mesma tendência.

Pois bem, acontece que o único país da União Europeia em que se registou a descida do rendimento mediano de 2021 para 2022 foi, precisamente, Portugal. E essa realidade confronta-nos todos os dias, com a inflação alta, os preços elevados dos bens essenciais e da habitação, o aumento do custo de vida. Apenas não confrontará o Primeiro-ministro português, cada vez mais alheado das necessidades prementes dos portugueses e iludido que a propaganda lhe bastará.

Eu sei que ninguém, no PSD, aceita este estado de coisas e se conforma com esta suposta inevitabilidade de vermos o país e os portugueses condenados à pobreza. Daí ser premente fazermos com que a nossa voz, as nossas ideias e as nossas propostas sejam cada vez mais ouvidas e percebidas pelos nossos concidadãos, pois eu acredito no caminho que estamos a prosseguir e na estratégia que estamos a desenhar para Portugal.

IUC

# TRIBUTAR OS PROPRIETÁRIOS DE AUTOMÓVEIS ANTIGOS É CASTIGAR QUEM NÃO TEM MEIOS

Luís Montenegro acusa o Governo de “castigar” os proprietários de automóveis mais antigos, ao impor “um pagamento adicional do Imposto Único de Circulação (IUC)” para os veículos anteriores a 2007, e que pode chegar aos 400% de aumento naquele imposto.

Para o líder do PSD, o Governo, através da proposta de Orçamento do Estado para 2024, opta por “castigar aqueles que não têm meios”, uma situação em que o Executivo “castiga quem já está castigado” pela “sua vulnerabilidade” [financeira].

“Quem quer enganar o país a pensar que isso se faz, tributando a circulação dos automóveis, daquelas pessoas que só não têm um automóvel mais recente, porque não têm dinheiro para o adquirir, não é claramente o caminho”, sublinhou.

A outra situação preocupante é a dívida tarifária da eletricidade que vai aumentar 1.717 milhões de euros, ascendendo a 1.995 milhões de euros no final de 2024. “Corresponde ao maior aumento da última década e representa uma inversão da tendência de redução do défice tarifário”, apontou Luís Montenegro.



“A ERSE - Entidade Reguladora dos Serviços Energéticos tomou uma decisão difícil de explicar, que é aceder a esse aumento da dívida tarifária, e com isso atirar os custos para quem vier a seguir, mas no fim do dia para os consumidores”, qualificou.

O Grupo Parlamentar do PSD pediu a audição do regulador, sobre a previsão de agravamento da dívida tarifária em 2024.

O Grupo do Partido Popular Europeu (Grupo PPE) e a Delegação no Parlamento Europeu promoveram a conferência internacional “Powering the Future - Definindo o Mercado Europeu da Eletricidade”, em Lisboa, dia 20 de outubro.

SENTIR PORTUGAL EM VILA REAL

# OE 2024: NÃO É O MILAGRE DA GOVERNAÇÃO ROSA

**Luís Montenegro apela ao Governo para que “corrija” a proposta de Orçamento do Estado para 2024.**

“Eu espero que o Governo possa corrigir alguns dos tiros falhados do Orçamento do Estado. (...) Aquilo que nos foi vendido como um Orçamento que ia baixar os impostos e dar mais rendimento às pessoas é, precisamente, o contrário”, acusou.

Na segunda-feira, 23 de outubro, no 1.º dia do “Sentir Portugal em Vila Real”, e após visitar a Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro (UTAD), o Presidente do PSD insistiu nas críticas ao Executivo de António Costa, qualificando o Orçamento de “injusto”.

“É um Orçamento que dá com uma mão e tira com as duas. Dá com uma mão com uma pequena des-cida e muito mais limitada do que

aquela que propomos no PSD em sede de IRS, e depois aumenta nos vários impostos, na receita do IVA, do Imposto sobre os Produtos Petrolíferos, vários impostos especiais e do Imposto Único de Circulação”, afirmou.

Luís Montenegro lembra que estamos perante o nono Orçamento do Estado que apresenta o “milagre da governação rosa”, que promete “elevar a vida das pessoas uma situação económica mais favorável”, mas está afastado da realidade dos portugueses.

“Está hoje mais do que provado de que a máscara está a cair”, assinou.





”

**Eu espero que o Governo possa corrigir alguns dos tiros falhados do Orçamento do Estado**

Luís Montenegro



## Afirmações de Fernando Araújo são um grito de desespero

Luís Montenegro vê com “muita preocupação” as declarações do diretor executivo do Serviço Nacional de Saúde (SNS) ao “Público”, “enquanto principal responsável pela gestão” do sistema de saúde português.

“Quer-nos parecer que isto é um grito ou de incapacidade ou de impotência para resolver a organização do Serviço Nacional de Saúde, nomeadamente, a componente das urgências, ou então é um grito de desespero para que o poder político, o Governo e o Primeiro-Ministro possam dar condições de funcionamento a uma direção executiva”, afirmou.

Na terça-feira, em Chaves, no 2.º dia do “Sentir Portugal em Vila Real”, o líder do PSD considerou que as palavras de Fernando Araújo “intranquilizam a população portuguesa de uma forma transversal”.

O Presidente do PSD revelou, por isso, que solicitou uma “audiência urgente” ao Presidente da República, por causa das afirmações do diretor executivo do SNS, que “provocam alarmismo” no país e mostram que Fernando Araújo “está de mãos atadas”.

“Vou, por isso, agora mesmo reunir com as pessoas do distrito de Vila Real, por forma a ser recebido com o senhor Presidente da República, e terminar o dia com uma viagem com Bruxelas, para participar numa reunião do Partido Popular Europeu”, disse.

“Sentir Portugal em Vila Real” esteve nos 14 concelhos do distrito: Alijó, Boticas, Chaves, Mesão Frio, Mondim de Basto, Montalegre, Murça, Peso da Régua, Ribeira de Pena, Sabrosa, Santa Marta de Penaguião, Valpaços, Vila Pouca de Aguiar e Vila Real.





DEBATE QUINZENAL

# PRIMEIRO-MINISTRO DÁ UM POUCOCHINHO COM UMA MÃO E TIRA MUITO MAIS COM A OUTRA

**O Presidente do Grupo Parlamentar do PSD, Joaquim Miranda Sarmiento, acusou o primeiro-ministro de ter “copiado mal” as propostas sociais-democratas de alívio fiscal para as famílias.**

No regresso dos debates quinzenais ao Parlamento, dia 18 de outubro, Joaquim Miranda Sarmiento argumentou que a proposta de Orçamento para 2024 do governo socialista “dá um pouquinho com uma mão e tira muito mais com a outra”.

O Presidente do Grupo Parlamentar do PSD defendeu que o governo ao “baixar o IRS em 1,3 mil milhões de euros, parece que copiou a proposta do PSD, mas copiou mal, porque esta redução tem, do outro lado, aumentos de 2,7 mil milhões de euros em impostos indiretos”. Para o efeito, Miranda Sarmiento exemplificou com um caso concreto previsto para 2024: o governo prometeu baixar as portagens, mas depois, decidiu aumentar o IUC, o imposto único de circulação (para os automóveis).

Na sua intervenção, Miranda Sarmiento acusou também o executivo socialista de incompetência na gestão do Serviço Nacional de Saúde, com resultados “desastrosos” e confrontou ainda António Costa sobre a situação na Santa Casa da Misericórdia de Lisboa.

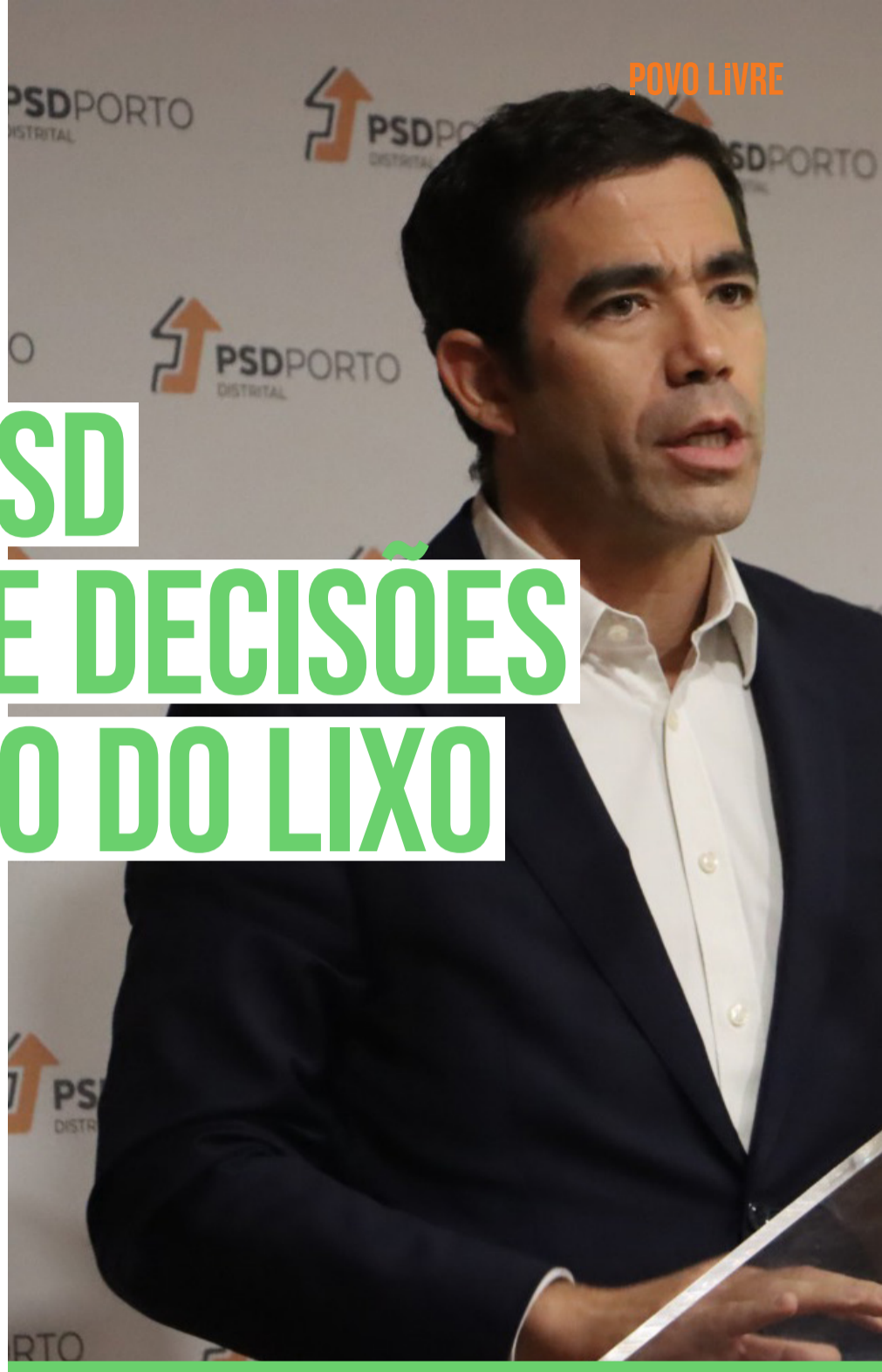
## António Costa revela contradições sobre a TAP: “Expressei-me mal”

O PSD atacou o Primeiro-Ministro sobre os ziguezagues do governo na TAP (da defesa da nacionalização à defesa da privatização) e António Costa acabou por assumir, numa resposta a Joaquim Miranda Sarmiento, mais uma contradição socialista, ao reconhecer que o pla-

no negociado com Bruxelas não tinha “obrigatoriamente” prevista a privatização da TAP. “Efetivamente não é obrigatório no plano, expressei-me mal, o que devia ter dito é que era sempre um pressuposto do momento da nacionalização, que ela seria parcialmente ou totalmente reprivatizada”, afirmou António Costa, depois de ter sido confrontado com as declarações do ex-ministro das Infraestruturas Pedro Nuno Santos.

# DISTRITAL DO PSD DO PORTO EXIGE DECISÕES NO TRATAMENTO DO LIXO URBANO

**O PSD não pode pactuar com o silêncio comprometedor do governo socialista nesta área ambiental**



“O PSD vai na Assembleia da República questionar o Governo, nomeadamente o ministro do Ambiente, a razão que o impediu de colocar no PRR, as verbas necessárias para resolver o pesadelo ambiental que se avizinha. Para evitar uma situação inimaginável na coleta dos resíduos urbanos é urgente investir cerca 2,7 mil milhões de euros”, disse Sérgio Humberto, Presidente da Distrital do PSD do Porto, numa iniciativa partidária sob o tema “Ambiente e Energia, os desafios do século”, que decorreu no sábado, na junta de freguesia de Ermesinde, Valongo.

É necessária e urgente uma terceira linha de execução de reciclagem na Lipor e uma quarta na Valorsul para que estas estruturas possam dar resolução ao tratamento dos resíduos urbanos. Para além disso, segundo o líder da Distrital do PSD é também urgente a instalação de duas incineradoras: uma no centro do país e ou-

tra para servir o Algarve e o Alentejo “O PSD não pode pactuar com o silêncio comprometedor do governo socialista nesta área ambiental. Os portugueses, felizmente, têm aderido, à reciclagem dos resíduos urbanos. Mas caso o Governo não tome medidas urgentes, e imediatas, a população terá que conviver com o lixo à sua porta, porque há o risco de a breve prazo já não existirem meios para a devida valorização e recolha do mesmo”, alerta Sérgio Humberto.

O dirigente social-democrata lamenta ainda que o ministro do Ambiente e da Ação Climática, ainda não tenha concretizado o concurso, lançado há dois anos, para a concessão das redes municipais de baixa tensão.

“Para servir interesses de terceiros, o governo está a prejudicar o serviço público e as autarquias. Urge conhecer as razões deste prolongado atraso na concretização deste concu-





so”, observa Sérgio Humberto que garante que os deputados do PSD irão abordar em sede própria todos estes dossiers.

Participaram neste debate ambiental, Mira Amaral, ex-ministro da Indústria e Ambiente, Aires Pereira, presidente da Câmara da Póvoa de Varzim e membro efetivo da Comissão de Ambiente, Alterações Climáticas e Energia do Comité das Regiões Europeias, Fernando Leite, especialista no setor de resíduos urbanos, Ricardo Nunes, Chief Strategy Officer do OMIP (Operador do Mercado Ibérico de Energia), e Fernando Ferreira, especialista em Obras Públicas de Ambiente e administrador executivo da Valor Sul.

António Leitão Amaro, vice-Presidente do PSD, também presente neste “workshop”, promovido pela Distrital do Porto, corroborou com as preocupações manifestadas por Sérgio Humberto e garantiu aos presentes, que lotaram o auditório daquela Jun-

ta de Freguesia, que o partido está sensibilizado, mais do que nunca, para os problemas ambientais que foram discutidos na iniciativa sobre a responsabilidade de Tiago Sá Carneiro, Coordenador da Academia de Formação do PSD Distrital do Porto.



# VEREADORES DO PSD NA CÂMARA DE GAIA PROPUSERAM DESCIDA DO IMI

**O Grupo de Vereadores do PSD na Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia propôs a redução da taxa de IMI para 2024, de 0,38% para 0,30%.**

A após dois anos consecutivos em 0,38%, a proposta da Autarquia, de baixar para 0,36% não vai ao encontro das *"dificuldades com que se debatem as famílias e as empresas"*, que *"mereciam um sinal diferente por parte da autarquia e um desagravamento da taxa, com maior dimensão"*.

O Vereador Cancela Moura lembrou que *"Vila Nova de Gaia continua a ser um dos Municípios a praticar uma das mais elevadas taxas de IMI do País"*.

De acordo com os dados oficiais, em 2023, 183 dos 302 concelhos adotaram a taxa mínima de IMI, ou seja, 0,3%, de entre os quais Lisboa, Amadora, Leiria, Coimbra, Bragança, Funchal, Castelo Branco, Viseu, Oeiras Vila Franca de Xira ou Sintra. "De entre os 24 municípios com mais de 100 mil habitantes, os 0,38%, de Vila Nova de Gaia correspondem à segunda taxa mais alta do País, só foi superada por Gondomar e Setúbal, com 0,40%".

A taxa de IMI praticada em Vila Nova de Gaia, em 2023, é ainda superior àquela que foi fixada nos municípios do Porto (0,324%), da Maia (0,36%),

de Matosinhos (0,325%), em Valongo (0,37%), na Póvoa de Varzim e em Vila do Conde, com a taxa mínima de 0,30%.

*"Atendendo ao aumento brutal do custo de vida torna-se difícil compreender, porque é que a taxa de IMI em Vila Nova de Gaia permanece tão elevada, onerando significativamente todos os proprietários, não acompanhando outros exemplos, que têm apostado numa redução significativa deste imposto, com claro benefício, em termos de poupança fiscal e consequente aumento de rendimento disponível dos proprietários"*, justificam os Vereadores do PSD.

Segundo estes, a proposta do Executivo não traduz, de todo, *"a resposta que a Câmara Municipal podia e devia dar, perante um período de exceção e uma situação de emergência social, sobretudo considerando os excedentes líquidos dos últimos resultados de exercício"*, referindo ainda o aumento de 600 M€ da participação dos municípios nos impostos do Estado, previsto no Orçamento de Estado para 2024, para justificar a medida.



## GAIA APROVA DEVOLUÇÃO DE IRS EM 2,5%

O Grupo de Vereadores do PSD na Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia consideram ainda *"justa e equilibrada, porém tardia"*, a devolução proposta pela Câmara de 2,5% na participação variável do IRS para 2024. Por esta razão, votou favoravelmente a presente proposta.

Recorde-se que em 2022, *"o executivo municipal aprovou a retenção de 1% da participação do IRS, medida que não acompanhamos por julgamos manifestamente insuficiente. Não obstante, finalmente, a Câmara era sensível aos nossos argumentos e, considerava, ainda que parcialmente, uma proposta que o PSD tem vindo a apresentar, coerentemente, ao longo dos últimos anos"*.

Em 2023, das 304 autarquias, 184 devolveram parte ou a totalidade

da receita de IRS cobrada nos seus territórios às famílias, ou seja, cerca de 60% dos municípios. Por outro lado, 22 municípios que já devolviam parte do imposto, em 2023 foram mais longe. Foi o caso da Câmara de Lisboa, que no ano passado retinha 2% do IRS dos seus municípios e que este ano recebeu apenas 1,5% do imposto. Houve até mais de vinte municípios que devolveram a participação variável integralmente.

*"O PSD tem pugnado, consecutivamente, a implementação deste benefício para os gaienses, desde 2017, por razões de equidade e justiça fiscal, propondo desde então a fixação de uma participação variável de 2,5% no IRS"*, sublinhou o Vereador Cancela Moura.



## TAXA DE DERRAMA

### PROPOSTA DA AUTARQUIA IGNORA AS NECESSIDADES DAS EMPRESAS

Vereadores de Gaia do PSD propuseram isenção total para empresas com volume de negócios até 150 mil euros e 1 % para as empresas com volume acima dos 150 mil euros. Pelo contrário, o Executivo socialista, preferiu manter a taxa em 1,25% para empresas com um volume de negócios superior a 150 mil euros e uma taxa de 1% para empresas com um volume de negócios até 150 mil euros

Esta proposta, “em coerência com a do ano anterior, visa potenciar a criação de condições para atração para o concelho de novos investimentos empresariais”.

Face a uma conjuntura económica exigente, em que as empresas foram confrontadas com aumentos brutais dos encargos com energia, matérias-primas, taxas de juro e financiamento de tesouraria, o Vereador Rui Rocha Pereira defendeu que “era fundamental que o Município ajudasse a minimizar este impacto, sobretudo ao nível da manutenção dos postos de trabalho, sobretudo em Vila Nova de Gaia, onde mais de 97% do tecido empresarial é constituído por micros, pequenas e médias empresas (PME)”.

As propostas apresentadas pelos Vereadores do PSD:

**1. Isenção da tributação para as empresas com volume de negócios até 150 mil euros;**

**2. Taxa de 1 % para as empresas com volume de negócios superior a 150 mil euros;**

**3. Isenção da tributação durante 3 anos para as empresas que se fixem no Concelho em 2023 e desde que criem e mantenham durante esse período, pelo menos um posto de trabalho, caso seja microempresa, ou 5 ou mais postos de trabalho, caso seja uma PME;**

**4. Isenção da tributação durante 3 anos, para as empresas que transfirm durante o ano de 2023 a sua sede social e a sua direção efetiva para o concelho de Gaia e aí permaneçam por um período nunca inferior a cinco anos.**

## PSD vota contra a contratação de novo empréstimo de 6 M€

O Grupo de Vereadores do PSD na Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia recebeu “com espanto e preocupação o agendamento de um novo pedido de autorização para a contratação de mais um empréstimo de médio e longo prazo, que acresce aos empréstimos de 18,5 M€ e de 39,9 M€, aprovados em meados de 2021 e no passado mês de julho, respetivamente, e que totalizam cerca de 65 M€”.

No entender dos Vereadores, os encargos associados a tais empréstimos “é deveras preocupante, na medida em que o Município com a presente iniciativa de empréstimo de 6 M€ quase que esgota a margem disponível de que dispunha para endividamento e que, atualmente, se cifra em 10,8 M€, agora inexoravelmente reduzida para uns escassos 4 M€”.

Os Vereadores do PSD votaram “conscientemente de forma responsável contra” a proposta do executivo municipal socialista.

## VILA REAL

# “ROTEIRO PELAS FREGUESIAS” ESTEVE EM PARADA DE CUNHOS



O PSD de Vila Real retomou no dia 14 de outubro o “Roteiro pelas Freguesias”, desta vez em Parada de Cunhos.

Com esta iniciativa, a Comissão Política de Secção pretende aproximar o partido das bases, dos seus militantes e simpatizantes locais, ouvindo as suas necessidades, propostas e expectativas apresentando os seus projetos. “Pretendemos descentralizar a ação política, sentindo as freguesias e recuperando desta forma a força e o dinamismo do partido no mundo rural”, referiu Luís Tão.

Foram visitados vários lugares da freguesia, ouvidas associações locais, e população em geral.

A ausência de capacidade por parte do executivo socialista em funções na freguesia traduz-se à data na ausência de um plano e um orçamento aprovado para a freguesia, que pudessem responder às necessidades dos fregueses e ao potencial de desenvolvimento desta localidade. Parada de Cunhos não avançou e até conseguiu recuar em termos de crescimento e qualidade nos dois últimos anos.

Durante o roteiro, efetuou-se uma visita ao Complexo Desportivo do Monte da Forca. Segundo o presidente da Comissão Política do PSD de Vila Real, são notórios os sinais de abandono desta estrutura municipal, que evidencia sinais de degradação e que apesar das várias promessas socialistas nos últimos dez anos não parece ter solução à vista. Também a atual Presidente da Junta efetuou no seu manifesto eleitoral promessas de intervenção no Monte da Forca, promessas essas que nunca saíram do papel, sendo confrangedor o silêncio da mesma face a esta questão que muito diz aos vila-realenses e aos habitantes de Parada de Cunhos em particular.

Já em visita ao bairro da Telheira, o PSD de Vila Real constatou junto dos habitantes a falta de preocupação do atual executivo com as questões sociais. Dez anos traduzem-se na total ausência de construção de habitações sociais e na escassa manutenção das existentes. Luís Tão espera que o recente chumbo da candidatura do programa “Escolhas”, um projeto de cariz social





iniciado aquando da governação do PSD, não ponha em causa as importantíssimas respostas sociais por ele levadas a cabo e que o executivo socialista assuma em sede cede de orçamento a continuidade do mesmo. “A ação social tem de ser uma prioridade da governação local, temos de ser ambiciosos no apoio aos mais desfavorecidos, indo muito além de anúncios inconsequentes e sem substância”, afirmou Luis Tão.

Foram, ainda, abordadas questões como a falta de saneamento, a degradação das ruas e dos passeios públicos e o total desinvestimento na freguesia. Estes contactos do PSD com as populações têm evidenciado a falácia das narrativas socialistas e tem realçado a necessidade urgente de uma mudança de paradigma. O PSD acredita que uma política centrada num maior investimento nas freguesias terá um grande impacto em todo o crescimento do concelho e na sua valorização. É isso que defende e que continuará a mover a sua ação política.





# SAÚDE NO DISTRITO DA GUARDA ESTÁ “AO NÍVEL DO TERCEIRO MUNDO”

**O PSD da Guarda considera que os cuidados de saúde no distrito estão “ao nível do terceiro mundo” e acusa o Governo de “abandonar a região” naquilo que as pessoas mais necessitam.**

“Os cuidados de saúde no distrito da Guarda estão neste momento equiparados aos dos países do terceiro mundo, visto que o Governo do PS abandonou a região e as pessoas naquilo que elas mais necessitam: cuidados de saúde”, afirma, num comunicado, a Comissão Política Distrital social-democrata.

A distrital liderada por Carlos Condeso lamenta o “estado deplorável” a que chegaram os cuidados de saúde prestados aos cidadãos do distrito [da Guarda] e pede urgência em “soluções viáveis”.

“O Governo não pode deixar que se continue neste estado de agonia, nem tão-pouco a vida dos nossos cidadãos pode ser tratada com tre-

menda imprudência e incompetência”, censura a estrutura social-democrata.

Citado no comunicado, o Presidente da Distrital do PSD “lamenta que o Governo assobie para o lado e não encontre soluções para este grave problema que coloca em causa a vida dos cidadãos e despreze os habitantes deste distrito”.

O PSD aponta que, aos “graves problemas” existentes nos centros de saúde, com a falta de médicos, e à ausência de especialidades no Hospital Sousa Martins, na Guarda, “acrescenta-se agora o encerramento da Urgência” deste estabelecimento hospitalar, “deixando de prestar socorro, em grande parte dos

dias, a mais de 150 mil habitantes”.

“Estamos a alertar, porque não queremos que ninguém perca a vida por causa da falta de assistência e pelo encerramento do serviço de urgência. Estamos no interior, mas não queremos, uma vez mais, ser abandonados nem desprezados”, afirma Carlos Condeso, que também é presidente da Câmara Municipal de Figueira de Castelo Rodrigo.

O autarca relata que o hospital da Guarda tem sido “a sala de espera de dezenas de ambulâncias, que depois acabam por transportar os doentes para os hospitais de Viseu, Covilhã e de Coimbra, numa irracionalidade de gestão e de recursos para o SNS [Serviço Nacional de Saúde] e também para os bombeiros”

# PSD DOS AÇORES CONGRATULA GOVERNO POR TRABALHO FEITO NO AMBIENTE

**Marco Costa, deputado do PSD dos Açores, congratulou o Governo da Coligação (PSD, CDS-PP e PPM) “pelo trabalho feito nas áreas do Ambiente e Alterações Climáticas na Região”.**

O parlamentar social-democrata interveio na interpelação ao Governo sobre o tema “Ação Climática e Transição Climática”, na Assembleia Legislativa dos Açores, na Horta.

A seu ver, “o Governo Regional tem revelado ambição e ação em todas as políticas de ambiente e alterações climáticas que tem implementado e pode orgulhar-se do trabalho já desenvolvido e dos compromissos cumpridos perante o seu pro-

grama”.

Marco Costa afirmou que “os objetivos não se medem apenas pelos valores da execução orçamental, até porque é fundamental elevar toda a revolução e atualização legislativa empreendida, cumprindo as obrigações nacionais e europeias”.

O deputado do PSD dos Açores destacou “os trabalhos a decorrer no âmbito do Roteiro da Economia Circular Regional, do Roteiro para a

Neutralidade Carbónica dos Açores, do Projeto de Avaliação da Biomassa de Turfa por hectare e instalação de parcelas permanentes”.

A estes acrescentou ainda os “trabalhos que estão a ser realizados ao nível da Reestruturação dos Centros de Processamento de Resíduos para adaptação ao processo de compostagem da recolha seletiva de bio resíduos das ilhas das Flores, Faial, Pico, São Jorge, Graciosa e Santa Maria”, entre outros.

Entretanto, outros processos estão já concluídos e em aplicação como a “revisão do Programa Regional da Água, o Plano da Região Hidrográfica dos Açores, bem como o Regime Jurídico-Financeiro de Apoio à Emergência Climática”.

Para Marco Costa, “o Regime Jurídico-Financeiro de Apoio à Emergência Climática é um bom exemplo de clarificação, equidade e justiça na aplicação de fundos públicos”, concluiu.

# GOVERNO DOS AÇORES AUMENTOU INVESTIMENTOS NA EDUCAÇÃO

**A secretária regional da Educação nos Açores disse que o atual executivo de coligação (PSD/CDS-PP/PPM) aumentou o investimento no setor em comparação com 2019 e que um total de 419 funcionários “viram a sua situação laboral estabilizada”.**

“O BE tenta passar aqui uma ideia de que há um desinvestimento deste Governo [Regional] na área da Educação. Nada mais falso, minhas senhoras e meus senhores. Por comparação com 2019, à data de hoje, nós temos mais pagamentos de educação no valor de 40 milhões de euros do que eram pagos em 2019”, afirmou Sofia Ribeiro na Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, dia 18.

Segundo a governante, “são mais 25% e isso implica e dá bem nota do grande esforço deste Governo no que concerne à política social, com grande reforço na área da educação e também na área da saúde”.

Sofia Ribeiro observou que o investimento do executivo açoriano na educação se reflete em inúmeras áreas, como no pessoal de ação educativa e docente.

Em relação ao investimento feito em pessoal de ação educativa na região, tendo também como referência o ano de 2019, a governante adiantou que estão atualmente no quadro mais 419 pessoas (74 técnicos superiores, 11 técnicos de informática, 11 assistentes técnicos e 323 assistentes operacionais).

“São 419 pessoas que viram a sua situação laboral estabilizada e que nessa sequência também dão mais estabilidade às nossas escolas, que é o que nós necessitamos”, declarou.

Em relação a pessoal docente, Sofia Ribeiro disse que, com a revisão dos concursos, foram 572 os profes-



res que ganharam estabilidade em lugares no quadro regional.

No arranque do ano letivo 2023/2024, a região passou para uma dependência estrutural de “menos de 10%

de contratados”, salientou.

“Os números evidenciam, ao contrário do que o senhor deputado [do BE, António Lima] quis fazer passar nesta casa, que nós temos um efeti-

vo investimento nas nossas escolas. Trabalho que continuará e está a ser feito em progresso e em acompanhamento da situação de cada uma das nossas escolas”, concluiu.



# PSD DOS AÇORES DESTACA POLÍTICA DE TRANSIÇÃO ENERGÉTICA

**Os deputados do PSD dos Açores Carlos Freitas e Ricardo Vieira destacaram “as políticas de eficiência e transição energética levadas a cabo pelo Governo Regional”.**

Os parlamentares social-democratas intervieram na interpelação sobre esta temática na Assembleia Regional dos Açores, na sessão plenária que decorreu na Horta.

Para Carlos Freitas, “trata-se de um assunto cada vez mais prioritário nos dias de hoje”, com o setor da Energia a “assumir um papel determinante no conjunto de políticas definidas pelo XIII Governo Regional, de modo a assegurar um futuro mais sustentável”.

Prova disso, são os investimentos realizados com vista a “reduzir a emissão a emissão de efeito estufa, promovendo o aumento da eficiência energética e a redução dos combustíveis fósseis, em conformidade

com as exigências internacionais”.

Nesse sentido, “o Governo Regional montou uma estratégia de incentivos à produção e armazenamento de energia e elétrica e calorífica a partir de fontes renováveis, aumento a comparticipação ao armazenamento, permitindo a responsabilização das pessoas num papel ativo e imprescindível à transição energética na nossa região”, adiantou.

Entre os programas de incentivo encontram-se o Solenerge e o Proenergia, “inovadores e com uma boa adesão da parte dos açorianos e resultados muito satisfatórios”, frisou o deputado, a par do plano de mobilidade elétrica.

A título de exemplo, apontou Carlos Freitas, “o Solenerge recebeu 4000 intenções de investimento, com 9,7 milhões de euros já aprovados de um envelope de 19 milhões de euros”.

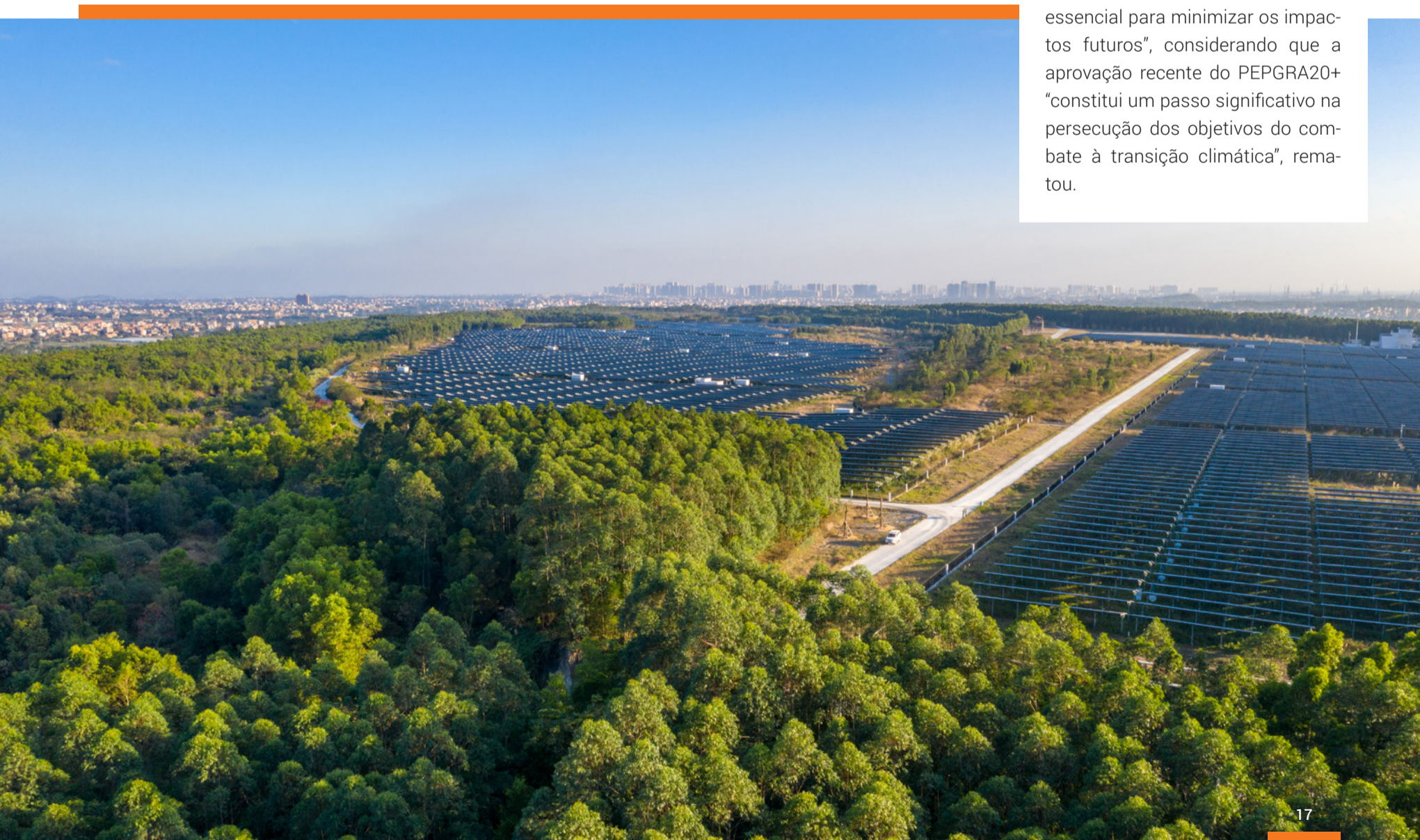
“Ao contrário do grande falhanço da governação socialista, em termos de crescimento sustentável na Região a nível energético, ficando-se por um crescimento inferior a 0,5% ao ano, o Governo da Coligação (PSD, CDS-PP e PPM) tem a ambição de chegar aos 61 pontos percentuais”, afirmou.

Ricardo Vieira realçou, por seu turno, ser “inegável que o nosso arquipélago está a passar por uma transição climática significativa”, com

um clima “cada vez mais imprevisível e extremo”, como se pode constatar pelas “recentes tempestades tropicais que têm vindo a atingir os Açores”, sem esquecer sobretudo o Furacão Lorenzo.

O parlamentar social-democrata considerou que “o Governo Regional liderado por José Manuel Bolieiro tem vindo a implementar medidas para mitigar os efeitos da transição climática de modo a enfrentar os desafios e alterações”, exortando os açorianos a “desempenhar um papel ativo”.

O deputado do PSD dos Açores entende que “a adoção de práticas sustentáveis, como a redução do consumo de energia e o uso responsável dos recursos naturais, é essencial para minimizar os impactos futuros”, considerando que a aprovação recente do PEPGRA20+ “constitui um passo significativo na persecução dos objetivos do combate à transição climática”, rematou.



# Povo Livre

Número 526 • 26 de Setembro de 1984 • Preço 30\$00

ÓRGÃO OFICIAL DO PARTIDO SOCIAL DEMOCRATA • Director: MANUEL PEREIRA

## CONCLUSÕES DO CONSELHO NACIONAL

# PROSSEGUIR EM ESPÍRITO DE UNIDADE E CONVERGÊNCIA DE ESFORÇOS AS ACÇÕES QUE O FUTURO RESERVA AO PSD

I  
Reunido no Porto nos dias 22 e 23 do corrente, o Conselho Nacional do PSD analisou a situação política e partidária e a acção governativa, bem como outros pontos constantes da respectiva ordem de trabalhos.

Ao longo do debate foi patente o desejo e disponibilidade manifestados pela Comissão Política Nacional e por todos os conselheiros de prosseguir, em espírito de unidade e convergência de esforços, nas acções que

o futuro próximo reserva ao Partido Social-Democrata, habilitando-o a enfrentar de forma eficaz e coerente os desafios desse mesmo futuro.

Nesse contexto, a Comissão Política Nacional viu reiterada a confiança indispensável à prossecução dessas tarefas.

Interpretando o sentimento das bases e dos muitos portugueses que em nós votaram nas últimas eleições legislativas, foi opinião inequivocamente dominante que o PSD deverá

continuar a ser o agente de mudança da sociedade portuguesa, mormente do sistema económico, de forma a torná-lo mais racional, justo e equilibrado, na sequência, aliás, de acções já desenvolvidas em conformidade e cuja relevância foi reconhecida.

### II

O Conselho Nacional tomou as seguintes deliberações:

a) Congratular-se pela visão do PSD ao perfilhar, logo em 1974, um ideário

social-democrata, como a via mais capaz de resolução dos problemas nacionais, denunciando o oportunismo de forças e entidades pretensamente convertidas à social-democracia, mas que violentamente a atacavam no passado, como o povo português bem se recorda.

Conscientes desse oportunismo, incoerência e falsidade, os militantes e eleitores do PSD manifestam desde já que essa adesão aparente à social-democra-

cia não terá eco significativo.

b) Reafirmando a sua confiança na Comissão Política Nacional, recomendar à C.P.N. que tome a iniciativa imediata da abertura e empreendimento de conversações ao mais alto nível entre o PSD e o PS, visando uma apreciação rigorosa e concreta do acordo político parlamentar e de Governo que serviu de base à formação da actual coligação governamental, em cuja acção e desenvolvimento se deverá empenhar verdadeiramente o Partido Social-Democrata. No âmbito e objectivos dessas conversações deverá incluir-se a apreciação e abordagem da temática das eleições presidenciais de 1985, nas quais o PSD não deve surgir em posição de subalternização.

c) Excluir a hipótese de

condicionar a implementação de reformas estruturais a estratégias presidencial e partidária de terceiros, por tal não corresponder ao que entendemos ser a verdadeira defesa do interesse nacional.

d) Saudar os eleitores da Madeira e dos Açores e incentivá-los a participar maciçamente nos actos eleitorais que se avizinharam e manifestar às estruturas regionais do PSD e, em especial, aos companheiros Alberto João Jardim e João Bosco Mota Amaral, todo o apoio e solidariedade, na certeza de que os madeirenses e açorianos saberão continuar a reconhecer na social-democracia a melhor via para o bem-estar e desenvolvimento.

e) Devido à simultaneidade da realização dessas eleições com a marcação

Continua na pág. 3

## AULAS COMEÇAM ENTRE 1 E 8 DE OUTUBRO

«Os problemas inerentes ao lançamento do ano lectivo de 1984/1985 são, em grande parte, semelhantes aos existentes nos anos lectivos anteriores e residem, fundamentalmente, na carência de instalações escolares».

É este, em síntese, e de acordo com um comunicado divulgado pelo Ministério da Educação, o panorama que os jovens em idade escolar irão encontrar aquando da abertura do próximo ano lectivo, entre os dias 1 e 8 de Outubro.

Exceptuando determinadas zonas dos distritos de Setúbal, apenas há a registar «casos meramente pontuais que têm, neste momento, soluções que viabilizam o normal arranque do ano lectivo». Quanto a Setúbal, os alunos das zonas mais preocupantes, têm no entanto, assegurada a sua frequência normal já no primeiro período do ano lectivo, e, no caso de Lisboa, as rupturas verificadas serão colmatadas «o mais tardar a partir do início da segunda quinzena de Novembro».

(PÁG. 2)

## MIL PORTUGUESES PARA O ZAIRE

# Mota Pinto recebeu delegação de entidades privadas portuguesas

Uma de um grupo de entidades privadas ao conceber o plano de desenvolvimento da agricultura e serviços no Zaire, pode envolver a participação de cerca de cem portugueses, não podendo diferir o PSD» afirmou Mota Pinto, presidente do Partido Social-Democrata, um grupo de representantes da co-

missão daquelas entidades, integrado por Alvaro da Costa Lafayette, Deolindo Teixeira Duarte, Emílio Leite Velho, e engenheiros Francisco Montanha Rebelo e Joaquim Arroja Júnior.

Durante a reunião com as referidas entidades, acompanhadas pelo deputado do PSD, Correia Afonso, Mota Pinto declarou que «o PSD vê com muito interesse o que possa

traduzir-se no natural desenvolvimento de uma vocação dos portugueses e no benefício de um país amigo como o Zaire». Os portugueses — continuou Mota Pinto — têm demonstrado através dos tempos, uma extraordinária capacidade de imaginação e realização na construção e desenvolvimento de novos países».

O desafio que a grandiosidade do projecto repre-

senta para Portugal, mereceu ainda o seguinte comentário do líder do PSD: «Continuam postas à prova as nossas qualidades, sempre que novos países precisem de quem, como os portugueses, esteja especialmente vocacionado para cooperar. O Zaire país tradicionalmente nosso amigo, muito poderá beneficiar com a concretização desse plano, se criar condições à sua realização».

## PSD REPUDIA ACÇÕES TERRORISTAS

O Partido Social Democrata desde sempre tem manifestado a sua repulsa por acções de violência. Por isso qualquer acto de terrorismo merece a sua firme condenação.

Portugal tem vindo a assistir a actuações terroristas como aquelas que agora ocorreram em Montemor-o-Novo, que não podem nem devem ficar impunes, sejam quais for as pseudo justificações que para elas se apresentem.

No quadro do Estado de Direito, o Partido Social Democrata incentiva as entidades competentes a adoptarem medidas que se traduzam numa efectiva luta contra a criminalidade. A tranquilidade e a segurança das pessoas e bens são valores que o PSD intransigentemente defende.

Nesse quadro, o Governo, de que o PSD faz parte, terá de continuar a sua acção contra o terrorismo ou qualquer outra forma de crime organizado para o que contará com o nosso apoio e solidariedade.

Lisboa, 24 de Setembro de 1984

A Comissão Permanente Nacional

EDIÇÃO N.º 526 do "Povo Livre" | de 26 de março de 1984

"Conclusões do Conselho Nacional: Prosseguir em espírito de unidade e convergência de esforços as ações que o futuro reserva ao PSD".

# CONVOCATÓRIAS PSD



**RECEÇÃO** TERÇA-FEIRA ATÉ 12H00 | Fax: 213 973 168 | Email: convocatorias@psd.pt

## DISTRITAIS

### BRAGA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do Partido Social Democrata, convoca-se a Assembleia Distrital de Braga, para reunir no próximo **dia 4 de Novembro (sábado) de 2023, pelas 16H00**, no Hotel Mercure Braga sita na Av. João XXI em Braga, com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS:

1. Análise da situação política;
2. Revisão estatutária, apreciação da proposta da CPN;
3. Outros assuntos.

### VIANA DO CASTELO

Ao abrigo dos Estatutos do Partido Social Democrata, convoca-se a Assembleia Distrital do PSD de Viana do Castelo, para reunir, em sessão ordinária, no próximo **dia 10 de Novembro, (sexta-feira) de 2023, pelas 21H00**, no Auditório do Centro Social e Cultural de Vila Praia de Âncora, sita na Avenida do Centro Cívico, Vila Praia de Âncora, em Caminha, com a seguinte

ORDEM DE TRABALHOS

1. Análise da situação política;
2. Outros assuntos.

É convidado desta Assembleia Distrital o Dr. Miguel Pinto Luz, Vice-Presidente da Comissão Política Nacional.

Nota: Se na hora designada não houver quórum dos membros, fica a mesma convocada para as 21H30.

## SECÇÕES

### LEIRIA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de Leiria para reunir no próximo **dia 14 de Novembro (terça-feira), pelas 21H00**, na Sede, sita na Av. Dr. José Jardim, nº 32, com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS

1. Aprovação das contas do ano 2022;
2. Análise da situação política;
3. Outros assuntos.

### LAMEGO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de Lamego, para reunir, em sessão ordinária, no próximo **dia 18 de novembro (sábado), pelas 15H00**, no Auditório do Centro Escolar de Lamego nº1, com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS

1. Informações do Presidente da Comissão Política de Secção;
2. Análise da situação política;
3. Outros assuntos.

### LOULÉ

Ao abrigo dos Estatutos do PSD, convoca-se o Plenário da Assembleia de Secção de Loulé para o **dia 10 de Novembro de 2023 (sexta-feira), pelas 21H00**, na Sede do PSD Loulé, sita na Rua Dr. Francisco Sá Carneiro, nº1, -Loulé, com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS

1. Análise da situação política local;
2. Outros Assuntos.

### MURÇA

Ao abrigo dos Estatutos do PSD, convoca-se a Assembleia de militantes da Secção de Murça, para reunir no próximo **dia 24 de Novembro (sexta-feira) de 2023, pelas 20H30**, na Sede do PSD de Murça, sita na Praça 5 de Outubro, com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS

1. Análise da situação política local;
2. Outros assuntos de interesse.

### REGUENGOS DE MONSARAZ

Nos termos dos Estatutos e do Regulamento Eleitoral para órgãos Distritais e Locais, convoca-se todos os militantes da Secção de Reguengos de Monsaraz do PSD, para a Assembleia de Secção, a realizar no **dia 2 de Dezembro ((sábado) de 2023, entre as 14H00 e as 16H00**, na Sede da Secção sita na Rua Serpa Pinto, nº 15 em Reguengos de Monsaraz, com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS

1. Eleição da Comissão Política da Secção.
- Notas: As listas candidatas ao órgão sujeito a sufrágio deverão ser entregues na Sede da Secção ao Presidente da Mesa da Assembleia, ou a quem o substitua até às 23H00 do dia 30 de Novembro de 2023.

Para efeitos de votação, no dia 2 de dezembro de 2023, as urnas estarão abertas entre as 14H00 e as 16H00.

### SANTA COMBA DÃO

Ao Abrigo dos Estatutos Nacionais do Partido Social Democrata, convoca-se a Assembleia de Secção de Santa Comba Dão, para reunir no próximo **dia 3 de Novembro de 2023 (Sexta-feira), pelas 21H00**, no Auditório Municipal de Santa Comba Dão (Antigo Quartel dos Bombeiros Voluntários), com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS:

1. Informações;
2. Análise da Situação Política;
3. Outros Assuntos

### SANTA MARIA DA FEIRA

Ao abrigo dos Estatutos do Partido Social Democrata, convoca-se a Assembleia da Secção de Santa Maria da Feira para reunir no próximo **dia 2 de Novembro de 2023 (quinta-feira) pelas 21H00**, no Auditório do Centro Cultural de Milheirós de Poiares, sita na Rua Igreja Velha, nº 131, freguesia de Milheirós de Poiares, concelho de Santa Maria da Feira com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS

1. Avaliação do Mandato da Comissão Política de Secção, 2021-2023;
2. Informações e análise da situação política;
3. Outros Assuntos

### SANTA MARIA DA FEIRA

Ao abrigo dos Estatutos do PSD, convoca-se a Assembleia da Secção de Santa Maria da Feira, para reunir no próximo **dia 2 de Dezembro (sábado) de 2023, pelas 14H00** na Sede, sita na Rua dos Descobrimentos, nº 18 Santa Maria da Feira, com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS

1. Eleição da Mesa da Assembleia de Secção de Santa Maria da Feira;
2. Eleição da Comissão Política de Secção de Santa Maria da Feira.

Notas: As listas candidatas devem ser entregues ao Presidente da Mesa da Assembleia de Secção, ou a quem estatutariamente o possa substituir, até às 24H00 do terceiro dia anterior ao ato eleitoral.

As urnas estarão abertas das 14H00 às 18H00.

### SANTO TIRSO

Nos termos dos Estatutos Nacionais do PSD e demais Regulamentos, convoca-se a Assembleia da Secção de Santo Tirso a reunir em sessão extraordinária eleitoral no próximo **dia 2 de Dezembro de 2023 (sábado), entre as 14H00 e as 20H00**, na Sede Concelhia, sita na Rua José Luís Andrade 63 1º andar, com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS

1. Eleição da Mesa da Assembleia de Secção;
2. Eleição da Comissão Política de Secção.

Notas: As listas candidatas deverão ser entregues ao Presidente da Mesa da Assembleia de Secção ou a quem o substitua, na Sede Concelhia, até às 24H00 do terceiro dia anterior ao ato eleitoral.

Para efeito de receção das candidaturas, a sede encontrar-se-á aberta entre as 21H00 e as 24H00 do dia acima indicado.

Para participar no ato eleitoral os militantes terão de ter as suas quotas regularizadas até ao 10º dia anterior à sua realização;

As urnas estarão abertas entre as 14H00 e as 20H00.

### VILA NOVA DE GAIA

ALTERAÇÃO DO HORÁRIO DE VOTAÇÃO PUBLICADO NO POVO LIVRE DE 27 DE SETEMBRO DE 2023

Ao abrigo do Estatutos Nacionais do PSD e do Regulamento Eleitoral, convoca-se a Assembleia de Secção de Vila Nova de Gaia, para reunir no **dia 28 de Outubro (sábado) de 2023, entre as 14H30 e as 19H30** na Sede Concelhia, sita à Rua Francisco Sá Carneiro, nº 1323 em Vila Nova de Gaia, com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS

1. Eleição da Mesa da Assembleia de Secção;
2. Eleição da Comissão Política de Secção.

Notas: As listas candidatas deverão ser entregues ao Presidente da Mesa da Assembleia de Secção, ou a quem o substitua na Sede Concelhia, até às 24H00 do terceiro dia anterior ao ato eleitoral.

Para efeito de receção das candidaturas, a Sede encontrar-se-á aberta entre as 21H00 e as 24H00 do dia acima indicado.

Para participar no ato eleitoral os militantes terão de pagar as suas quotas até ao 10º dia anterior à sua realização.

As urnas estarão abertas entre as 14H30 e as 19H30.

## NÚCLEOS

### NÚCLEO RESIDENCIAL CARCAVELOS - PAREDE

Ao abrigo dos Estatutos do PSD, convoca-se o Plenário do Núcleo Residencial de Carcavelos-Parede para o próximo **dia 16 de Novembro (quinta-feira) de 2023, pelas 21H00** na Sede do PSD de Cascais, Rua Jogo da Bola, nº 27 Cave, em Carcavelos com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS

1. Informações,
2. Análise da situação política,
3. Outros assuntos de interesse.

# CONVOCATÓRIAS JSD



**RECEÇÃO** SEGUNDA-FEIRA ATÉ 18H00 | Email: [jsdnacional@gmail.com](mailto:jsdnacional@gmail.com)

## CONSELHO DISTRITAL DE SANTARÉM

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e demais regulamentos aplicáveis, convoca-se o Conselho Distrital da JSD Santarém para reunião no próximo **dia 11 de novembro de 2023, pelas 17h**, na sede do PSD/JSD de Tomar, sita na Rua da Fábrica da Fiação, 57-A, Tomar, com a seguinte ordem de trabalhos:

- 1 – Informações e análise da situação política;
- 2 – Eleições Europeias;
- 3 – Orçamento de Estado 2024;
- 4 – Congresso Nacional do PSD;
- 6 – Outros assuntos.

## MAFRA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD, convoca-se os militantes desta Concelhia, para reunirem no **dia 01 de novembro de 2023, (quarta-feira), para às 15:00H**, no Terreiro D. João V, n.º 61, 2.º Andar, 2640-492 Mafra, com a seguinte ordem de trabalhos:

- 1 – Formação autárquica;
- 2 – XXXIV aniversário da JSD Mafra.

## MOURA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais e Regulamento Eleitoral da JSD, convoca-se o Plenário Eleitoral de Moura, para reunir no próximo **dia 2 de dezembro de 2023, Sábado, pelas 14h00**, na sede do PSD de Moura, situada na Rua Associação S. M. Santana e Costa, 14 R/c 7860-184, Moura, com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto Único – Eleição da Comissão Política Concelhia e Mesa do Plenário Concelhio.

Nota: As listas candidatas deverão ser entregues à Presidente da Mesa do Plenário distrital ou a quem a substitua até as 23h59m do sétimo dia anterior ao ato eleitoral, na sede do PSD de Moura, situada na Rua Associação S M Santana e Costa, 14 R/c 7860-184, Moura. O mesmo decorrerá entre as 14h00 e as 16h00.

## Acompanhe-nos no dia-a-dia...



**Conferências de Imprensa,  
Transmissões em direto,  
Discursos e intervenções políticas**



**Entrevistas, Opinião, História,  
Iniciativas**



**O dia-a-dia da atividade  
do PSD**



**Noticiário semanal todas  
as sextas-feiras**